



Leonam dos Santos Guimarães: O Estado e a Energia Nuclear

O estado mantém sua pujança na produção e exportação líquida de energia primária, notadamente no setor de petróleo, gás e seus derivados

Por O Dia

Publicado às 03h00 de 07/06/2019



Rio - Socialmente e economicamente, o Rio de Janeiro com seus 17,2 milhões de habitantes é um importantíssimo estado brasileiro. É o terceiro estado mais populoso do país e participa com mais de 10% do Produto Interno Bruto Nacional.

O estado mantém sua pujança na produção e exportação líquida de energia primária, notadamente no setor de petróleo, gás e seus derivados, respondendo em 2017 por

mais de 65% da produção nacional de hidrocarbonetos, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Esta produção já foi superior a 80%, fazendo com que o Rio de Janeiro seja chamado de a “Capital Nacional do Petróleo”.

Paradoxalmente, é um importador líquido de energia elétrica, o que, minimamente significa a perda de receitas provenientes de impostos que, caso o estado fosse autossuficiente na produção de energia elétrica, adiviriam pela comercialização da parcela que hoje o estado importa.

Com uma capacidade instalada de 8,5 GW, menos de 15% é proveniente de hidrelétricas que se localizam principalmente na bacia do rio Paraíba do Sul. Ocorre que o abastecimento de água da capital do estado é feito com as águas desse mesmo rio, o que cria várias restrições operativas para as usinas, fazendo com que não se priorize a produção de eletricidade por essa fonte.

Tendo em vista a alta produção de hidrocarbonetos pelo estado, a principal fonte para produção de energia elétrica é o gás natural, que responde por cerca de 60% da capacidade instalada no estado. Em segundo lugar vem a energia nuclear com as usinas Angra 1 e Angra 2, cuja potência total de 2.000 MW representa cerca de 30% da capacidade total instalada e respondem por mais de 40% da energia total consumida no Estado. Importante frisar que Angra 1 e Angra 2, devido aos seus altíssimos fatores de disponibilidade e segurança operacional, se colocam dentre as melhores no ranking das 450 usinas nucleares hoje em operação no mundo.

Na área nuclear, o Estado sedia os principais órgãos do setor. Em Itaguaí, a base naval para construção de submarinos da Marinha do Brasil, sendo fato relevante o lançamento do submarino convencional Riachuelo em dezembro de 2018. Está planejado para entrar em operação, já a próxima década, o primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear, indubitavelmente o melhor meio naval para proteger nossa imensa costa litorânea de 7,5 Km, nosso mar territorial e as riquezas e biodiversidade de espécies ali contidas.

Na capital do Estado está sediada o órgão responsável pelo licenciamento e pelo estabelecimento dos protocolos de segurança nuclear, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), bem como dois dos seus principais institutos de pesquisa, IEN e IRD. Também na capital está instalada a Eletronuclear, empresa responsável pelo projeto, construção e operação de usinas nucleares no nosso país. Itaguaí abriga a gigante Nuclep, fábrica com capacidade de produzir os principais componentes pesados que equipam uma usina nuclear, bem como os cascos de submarinos e plataformas offshore para exploração de petróleo offshore. Em Resende temos as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), responsável pela lavra e beneficiamento do urânio e pela fabricação do combustível utilizado em usinas nucleares, aí incluindo e importantíssima etapa de enriquecimento do urânio, tecnologia dominada por pouquíssimos países no mundo. No município de Angra dos Reis está a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, com suas duas usinas, Angra 1 e Angra 2, e em futuro próximo Angra 3, cujo progresso de construção já ultrapassa 60%. Se Angra 3 já estivesse em operação, a energia nuclear responderia por cerca de 70% da eletricidade consumida no Estado.

Em relação ao término de construção de Angra 3, importante ressaltar que, segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cada R\$ 1,00 em valor adicionado diretamente pelo projeto, representará, por efeito multiplicador, um ganho ao estado do Rio de Janeiro de R\$ 1,57 em benefícios socioeconômicos e na arrecadação de impostos.

Portanto, se o estado do Rio de Janeiro é a “Capital Nacional do Petróleo”, muito justo que também seja considerado a “Capital Nacional da Energia Nuclear”.

Leonam dos Santos Guimarães é diretor-presidente da Eletronuclear